

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da Resolução n.º 750 do Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 51** A demonstração do resultado do exercício é considerada o relatório contábil que representa melhor o princípio da competência.
- 52** De acordo com o princípio da atualização monetária, a avaliação do patrimônio deve manter os valores das transações originais, sendo necessário, entretanto, atualizar sua expressão formal em moeda nacional, para que os valores permaneçam substancialmente corretos.
- 53** A observância dos princípios de contabilidade não constitui condição de legitimidade das normas brasileiras de contabilidade, mas é sempre obrigatória no exercício da profissão.
- 54** O princípio do registro pelo valor original determina que os ativos sejam avaliados pelo custo histórico e que, uma vez integrados esses ativos ao patrimônio, o custo histórico não pode sofrer variações.
- 55** Em condições de incerteza, para assegurar que os ativos e as receitas não sejam superestimados, o contador deve embasar suas estimativas no princípio da prudência.
- 56** A mensuração e a evidenciação dos componentes patrimoniais são diretamente afetadas pelo princípio da continuidade.
- 
- Com relação aos conceitos relacionados a patrimônio das entidades, julgue os itens de **57** a **62**.
- 57** Se a empresa tem uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, de cuja liquidação se espera que resulte saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos, tal obrigação deve ser enquadrada como um passivo da entidade.
- 58** Receitas são definidas como aumentos nos benefícios econômicos, durante o período contábil, que resultem em aumento do patrimônio líquido, sob a forma de entrada de recursos provenientes de aumento de ativos ou de diminuição de passivos ou, ainda, de aporte dos proprietários da empresa.
- 59** Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, o contador deve considerar a essência, em detrimento da forma.
- 60** Considerando-se determinados conceitos de manutenção de capital, os aumentos e as diminuições do patrimônio líquido decorrentes de reavaliações ou de atualizações de ativos e passivos enquadram-se nas definições de receita e de despesa; por isso, devem ser incluídos na demonstração de resultados.
- 61** Considera-se um ativo aquele item que tem potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa da entidade.
- 62** Conforme a estrutura conceitual da contabilidade adotada no Brasil, as definições de receitas e despesas identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios que precisam ser satisfeitos para que sejam reconhecidas na demonstração do resultado.
- 
- No que se refere à Lei n.º 6.404/1976, e alterações posteriores, julgue os itens seguintes.
- 63** Com base em escrituração mercantil, as companhias fechadas devem obrigatoriamente apresentar, ao fim de cada exercício social, as seguintes demonstrações financeiras: balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado.
- 64** Na transferência das ações nominativas adquiridas em bolsa de valores, o cessionário deverá ser representado pela sociedade corretora por meio de instrumento de procuração.
- 65** As participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias devem ser determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada.
- 66** Para o cálculo do número de ações de uma companhia aberta que estão em circulação no mercado, devem-se subtrair do total de ações as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros da administração e as em tesouraria.
- 67** Quando a assembleia-geral extraordinária tem por objeto a reforma do estatuto, ela deve se instalar em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um terço do capital com direito a voto.
- 68** A participação atribuída aos títulos negociáveis denominadas partes beneficiárias não pode ultrapassar 5% dos lucros.
- 69** Quando a companhia contratar a escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados com instituição financeira autorizada, deverá deixar de praticar os atos relativos aos registros e deixar de emitir certificados.

**informações extraídas da demonstração do valor adicionado  
(valores em milhares de reais)**

	ano 2	ano 1
colaboradores	320.356	264.661
custo das mercadorias vendidas	(3.116.431)	(2.728.518)
depreciação e amortização	(88.119)	(84.623)
financiadores	196.115	175.743
impostos, taxas e contribuições	183.108	–
insumos diversos adquiridos de terceiros	(343.051)	(244.326)
outras receitas	21.422	(352)
perda para crédito de liquidação duvidosa	(1.764)	(5.951)
recebido em transferência: equivalência patrimonial	–	18.459
recebido em transferência: receitas financeiras	57.059	61.903
retenção de lucros	126.200	94.859
valor adicionado bruto	825.320	656.987
valor adicionado líquido	737.201	
valor adicionado total a distribuir	–	652.726
vendas de mercadorias	4.265.144	3.636.134

A tabela acima mostra os dados extraídos da demonstração do valor adicionado apresentada no ano 2 por determinada empresa comercial, de acordo com a legislação societária. Entretanto, a ordem em que esses dados aparecem não corresponde à ordem padrão para as demonstrações financeiras; além disso, alguns valores foram omitidos. Considerando o modelo de demonstração do valor adicionado e os dados disponíveis, julgue os itens seguintes.

- 70 No ano 2, o valor adicionado total a distribuir foi superior a R\$ 825.000.000,00.
- 71 No ano 1, o valor de impostos, taxas e contribuições foi superior a R\$ 143.000.000,00.
- 72 O valor adicionado líquido, no ano 1, foi igual a 572,364 milhões de reais.
- 73 Em relação ao ano 1, houve, no ano 2, um aumento do percentual de participação dos financiadores no valor adicionado distribuído.
- 74 No ano 2, o valor de equivalência patrimonial recebido em transferência foi igual a R\$ 88.119.000,00.

**informações para elaborar o fluxo de caixa das atividades operacionais  
(em milhões de reais)**

	2009	2010
acréscimo de contas a pagar	–	42,7
acréscimo de salários, encargos sociais e impostos a pagar	34,3	34,3
acréscimo em contas a receber	347,8	–
acréscimo em estoques	92,5	–
baixas no ativo imobilizado (com lucro)	10,8	–
baixas no ativo imobilizado (com prejuízo)	–	4,6
decréscimo de contas a pagar	136,1	–
decréscimo em contas a receber	–	51,8
decréscimo em estoques	–	269,8
depreciações e amortizações do exercício	44,9	51,9
equivalência patrimonial (variação negativa)	0,1	–
equivalência patrimonial (variação positiva)	–	2,4
lucro líquido do exercício	0,9	–
prejuízo líquido do exercício	–	315,6
provisão para devedores duvidosos	194,2	164,6

Considerando que, para elaborar a demonstração do fluxo de caixa, o contador de uma empresa não financeira tenha levantado as informações mostradas na tabela acima, referentes ao fluxo de caixa das atividades operacionais, julgue os próximos itens.

- 75 O resultado líquido ajustado de 2010 foi superior ao resultado líquido ajustado de 2009.
- 76 Em 2009, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi superior a 200 milhões de reais.

**RASCUNHO**

**dados extraídos do balanço patrimonial (em milhões de reais)****RASCUNHO**

	<b>2009</b>	<b>2010</b>
ajuste de avaliação patrimonial	0,2	0,2
caixa e equivalente de caixa	97,0	83,4
capital social	671,0	671,0
contas a pagar	295,8	408,0
despesas antecipadas	9,9	57,8
empréstimos (curto prazo)	101,5	61,4
estoques	455,9	727,1
exigível a longo prazo	215,3	292,9
fornecedores	625,5	1.030,4
imobilizado	222,2	183,2
intangível	63,8	41,7
outros ativos circulantes	756,8	547,8
participação em controladas	70,7	71,2
prejuízos acumulados	(60,9)	(376,5)
provisão para imposto de renda e contribuição social	16,2	2,5
realizável a longo prazo	262,5	725,3
reservas de capital	40,6	314,0
reservas de lucro	33,6	33,6

Considerando que os dados da tabela acima tenham sido extraídos dos balanços patrimoniais consolidados dos anos de 2009 e 2010 de determinada empresa de natureza comercial e sujeita à legislação societária, julgue os itens a seguir.

- 77 Em 2009, o índice de liquidez seca foi menor que o índice de liquidez geral no ano 2010.
- 78 Se essa empresa tiver apresentado lucro líquido de 50 milhões de reais em 2010, seu indicador de retorno sobre o patrimônio líquido naquele ano terá sido superior a 1,02.
- 79 Em ambos os anos, o capital circulante líquido dessa empresa foi positivo.

Julgue os itens seguintes, relativos a fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais, a contas patrimoniais e de resultados e a teorias, funções e estrutura das contas.

- 80 Suponha que determinada empresa utilize duas contas para registrar as perdas com vendas a prazo: provisão para crédito de liquidação duvidosa e perdas incorridas. Nesse caso, se a empresa baixar um título considerado incobrável e houver saldo na conta retificadora do ativo, não é necessário fazer nenhum lançamento em conta de resultado.
- 81 A conta de reserva legal e a conta provisão para contingências devem ser classificadas no mesmo grupo de contas patrimoniais.
- 82 A conta de ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) é uma conta retificadora do patrimônio líquido, cujo saldo aumenta com lançamentos a débito.
- 83 Um direito realizável no próximo exercício derivado de vendas a sociedades coligadas e controladas que não constituam negócios usuais na exploração objeto da empresa são classificados no ativo não circulante.
- 84 Todas as contas de reservas de capital devem ser constituídas ou aumentadas com contrapartidas em contas de resultado.
- 85 O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis acarreta variações na demonstração do resultado do exercício e no balanço patrimonial, caso o valor recuperável calculado seja menor que o valor contábil líquido.

Acerca do conceito, objetivo e campo de atuação da contabilidade aplicada ao setor público, segundo as normas brasileiras de contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 86 Entre os objetivos da contabilidade pública, está o fornecimento aos usuários de informações sobre os aspectos de natureza física do patrimônio da entidade.
- 87 Os serviços sociais não estão entre as entidades abrangidas pelo campo de aplicação da contabilidade pública.
- 88 No processo gerador de informações, a contabilidade pública deve aplicar os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial das entidades do setor público.

A respeito das variações patrimoniais, ativas e passivas, orçamentárias e extraorçamentárias, julgue os itens seguintes.

- 89 A constituição de provisão para processos judiciais impetrados contra a entidade representa variação patrimonial passiva extraorçamentária.
- 90 A baixa de material inservível representa variação patrimonial ativa orçamentária.
- 91 O recebimento de bem em doação representa variação patrimonial ativa extraorçamentária.
- 92 O pagamento de dívida de longo prazo representa variação patrimonial passiva orçamentária.

Julgue os itens que se seguem, relativos às características das contas e estrutura do plano de contas único do governo federal, composta por seis classes de contas.

- 93 No resultado diminutivo do exercício, estão classificadas as despesas diferidas, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício.
- 94 Entre as contas do ativo compensado, estão compreendidas aquelas que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira que possam afetar o patrimônio.
- 95 A despesa inclui as contas representativas de obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício.
- 96 Receitas de capital são contas representativas das variações positivas da situação líquida do patrimônio e da apuração do resultado respectivo.
- 97 As funções das contas são identificadas quanto ao seu grau de liquidez e à sua conversibilidade, à sua natureza orçamentária ou extraorçamentária.

Julgue os próximos itens, acerca do registro contábil da previsão da receita e fixação da despesa, tendo por base a estrutura do plano de contas atual, composta por seis classes de contas.

- 98 O registro da fixação da despesa dá-se no sistema de contas de compensação, debitando-se a conta crédito disponível e creditando-se a conta crédito inicial.
- 99 A previsão da receita é contabilizada, concomitantemente, nos sistemas de contas orçamentário e financeiro, debitando-se a conta previsão inicial da receita e creditando-se a conta receita a realizar.

Acerca do registro contábil da descentralização de créditos interna e externa, tendo por base a estrutura do plano de contas atual, composta por seis classes de contas, julgue os itens seguintes.

- 100 Na unidade descentralizadora, a descentralização externa de crédito (destaque) é contabilizada no sistema de contas financeiro, debitando-se a conta transferência financeira concedida e creditando-se a conta bancos conta movimento.
- 101 Na unidade recebedora, a descentralização interna de crédito (provisão) é contabilizada no sistema de contas orçamentário, debitando-se a conta descentralização interna de créditos e creditando-se a conta crédito disponível.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre o registro contábil da realização da receita e da despesa, tendo por base a estrutura do plano de contas atual, composta por seis classes de contas.

- 102 No caso de liquidação de despesa envolvendo a aquisição de bem com recebimento imediato desse bem, deve haver o registro contábil da incorporação do bem no sistema de contas patrimonial.
- 103 A apropriação da despesa da folha de pessoal do mês para pagamento no próximo mês não enseja registro contábil no sistema de contas financeiro, por não ser essa uma transação equivalente de caixa.
- 104 O produto estimado da alienação de bem imóvel somente deve ser incluído na receita quando essa alienação for especificamente autorizada em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-la no exercício.
- 105 A receita decorrente de operação de crédito de longo prazo enseja registro contábil nos sistemas de contas orçamentário (pela realização da receita) e financeiro (pelo ingresso do recurso), não repercutindo essa transação no sistema patrimonial.

Com relação a características, conteúdo e forma do balancete, julgue os itens subsecutivos.

- 106 O balancete de verificação deve ser registrado no registro público competente, não se aplicando, todavia, essa exigência, ao balancete de verificação expedido pelos órgãos públicos, em razão da fé pública dos atos do servidor.
- 107 No balancete de verificação, as operações devem ser lançadas segundo a ordem cronológica, na medida em que se processam.

**RASCUNHO**

<b>balanço financeiro (em 31/12/2010)</b>			
<b>receita</b>	<b>R\$</b>	<b>despesa</b>	<b>R\$</b>
orçamentária	1.220.000	orçamentária	1.230.000
extraorçamentária	410.000	extraorçamentária	305.000
restos a pagar	280.000	restos a pagar	170.000
outras operações	130.000	outras operações	135.000
saldo do exercício anterior	60.000	saldo para o exercício seguinte	155.000
<b>total</b>	<b>1.690.000</b>	<b>total</b>	<b>1.690.000</b>

A tabela acima mostra o balanço financeiro de determinada entidade, encerrado no exercício financeiro de 2010. Com base na tabela, julgue os itens a seguir.

- 108** O saldo no valor de R\$ 155.000,00 para o exercício seguinte representa o resultado financeiro apurado no exercício.
- 109** Se 2009 foi o primeiro exercício financeiro da referida entidade, então, nesse mesmo ano, a entidade apresentou resultado financeiro superavitário no valor de R\$ 60.000,00.
- 110** Em 2010, foram inscritos restos a pagar no valor de R\$ 170.000,00 e pagos restos a pagar no valor de R\$ 280.000,00.

Com relação à estrutura do balanço patrimonial, conforme disposta na Lei n.º 4.320/1964, julgue os seguintes itens.

- 111** Para que a situação líquida patrimonial não seja afetada, o ativo compensado e o passivo compensado devem ser iguais.
- 112** Para evitar suplementações orçamentárias indevidas, os saldos de estoques e outros realizáveis não financeiros devem ser excluídos tanto do ativo financeiro como do passivo financeiro quando da apuração do *superavit* financeiro.
- 113** Os valores numerários e os créditos em circulação são demonstrados no ativo financeiro; eles correspondem às contas do sistema financeiro que permaneceram com saldos.

<b>demonstração das variações patrimoniais</b>			
<b>variações ativas (R\$)</b>		<b>variações passivas (R\$)</b>	
orçamentárias	1.230.000	orçamentárias	1.220.000
receitas	980.000	despesas	930.000
mutações ativas	250.000	mutações passivas	290.000
resultado extraorçamentário	160.000	resultado extraorçamentário	210.000
acréscimos patrimoniais	160.000	decréscimos patrimoniais	210.000
<b>soma</b>	<b>1.390.000</b>	<b>soma</b>	<b>1.430.000</b>
resultado patrimonial ( <i>deficit</i> )	40.000	resultado patrimonial ( <i>superavit</i> )	0
<b>total</b>	<b>1.430.000</b>	<b>total</b>	<b>1.430.000</b>

A tabela acima apresenta a demonstração das variações patrimoniais de uma entidade pública, referente a determinado exercício financeiro encerrado. Com base na tabela, julgue os itens subsequentes.

- 114** O resultado das mutações indica que houve diminuição patrimonial decorrente da execução orçamentária.
- 115** A diferença entre as variações orçamentárias ativas e as variações orçamentárias passivas permite inferir que houve *superavit* financeiro nesse exercício.

Com relação a características, modalidades de uso e universo dos usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), julgue os itens a seguir.

- 116** Em razão do comprovado desempenho do SIAFI para a execução orçamentária, financeira e contábil, o sistema é utilizado atualmente por todas as administrações estaduais e municipais.
- 117** O SIAFI é um sistema de informações centralizado em Brasília e ligado, por teleprocessamento, aos órgãos do governo federal no Brasil e no exterior.
- 118** No caso da modalidade de uso parcial do SIAFI, é necessário o envio de balancetes e balanços para integração pelas unidades setoriais do sistema.

Julgue os próximos itens, relativos ao controle da execução orçamentária, segundo o disposto na Lei n.º 4.320/1964.

- 119** O Poder Judiciário exerce o controle da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, ficando a cargo do Poder Executivo o controle da fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
- 120** A guarda e legal emprego do dinheiro público e o cumprimento da lei de orçamento devem ser verificados pelo Poder Legislativo.

**RASCUNHO**